



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade e são reconhecidas considerando a probabilidade de perda.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 15.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

As composições dos Outros Ativos e Outros Passivos estão apresentadas nas Notas 12 e 16, respectivamente.

p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
 - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.
- Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 27 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Disponibilidades em moeda nacional.....	1.287	343
Disponibilidade em moeda estrangeira.....	2.439	2.958
Total de disponibilidades (caixa).....	3.726	3.301
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	463.289	733.134
Total de caixa e equivalentes de caixa	467.015	736.435

(1) Referem-se às operações cujos vencimentos, na data da efetiva aplicação eram iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentavam risco insignificante de mudança de valor justo.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITOS

a) Modalidades e níveis de risco

	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Níveis de risco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Empréstimos e títulos descontados	7.360	1.838.236	183.214	190.934	214.704	177.713	200.018	145.285	970.497	3.916.204
Outros créditos (1)	29.817	5.443.625	148.586	103.430	36.943	13.116	7.093	5.635	93.213	5.881.460
Total geral em 31 de dezembro de 2024.....	37.177	7.281.861	331.800	294.364	251.647	190.829	207.111	150.920	1.063.710	9.809.421
Total geral em 31 de dezembro de 2023.....	25.997	7.001.379	328.641	334.439	303.010	253.094	211.510	185.137	1.498.057	10.141.264

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende operações com cartão de crédito.

b) Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo de vencimento

	Em 31 de dezembro - R\$ mil									
	Níveis de risco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
Curso normal	37.177	7.281.861	244.912	190.082	122.558	44.874	28.229	20.471	209.086	8.179.251
Parcelas vencidas	37.126	7.221.861	242.899	187.231	120.934	44.036	27.806	20.185	206.359	8.108.439
1 a 30	10.535	2.243.845	51.422	42.991	24.311	8.812	4.969	3.917	57.739	2.448.541
31 a 60	7.185	1.439.142	51.255	37.614	22.789	8.238	4.937	3.641	43.912	1.618.712
61 a 90	4.059	830.177	27.526	20.393	11.178	3.817	2.343	1.748	20.525	921.767
91 a 180	7.839	1.467.247	53.327	40.584	24.182	8.151	5.167	3.686	38.043	1.648.228
181 a 360	5.831	1.022.993	42.668	32.202	23.656	8.210	5.463	3.789	32.328	1.177.139
Acima de 360	1.677	218.457	16.701	13.447	14.818	6.808	4.927	3.404	13.812	294.052
Vencidas até 14 dias.....	50	60.000	2.012	2.852	1.625	837	423	286	2.727	70.812
Curso anormal.....	-	-	86.888	104.282	129.089	145.955	178.882	130.449	854.624	1.630.170
Parcelas vencidas.....	-	-	77.644	97.122	125.594	145.604	178.723	130.351	853.769	1.608.807
1 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 a 30	-	-	77.644	7.579	6.602	3.719	2.341	1.698	10.840	110.424
31 a 60	-	-	-	89.543	13.516	5.355	3.996	3.348	19.374	135.132
61 a 90	-	-	-	-	105.475	6.721	3.145	2.260	15.374	132.975
91 a 180	-	-	-	-	-	129.809	169.241	123.045	49.261	471.356
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	758.920	758.920	1.188.533
Parcelas vencidas	-	9.243	7.160	3.496	351	159	98	855	21.363	54.407
1 a 30	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2
31 a 60	-	-	619	700	524	39	15	10	91	1.998
61 a 90	-	-	1.554	1.167	552	55	26	17	141	3.513
91 a 180	-	-	4.146	3.181	1.459	152	73	43	376	9.430
181 a 360	-	-	2.913	2.101	950	105	45	26	245	6.385
Acima de 360	-	-	11	12	11	-	-	1	34	23.858
Total geral.....	37.177	7.281.861	331.800	294.364	251.648	190.829	207.111	150.920	1.063.711	9.809.421
Provisão mínima requerida	-	36.409	3.318	8.831	25.165	57.249	103.556	106.711	105.644	1.887.965
Provisão complementar	-	6.328	6.603	20.576	50.304	38.147	41.402	45.260	-	208.620
Provisão existente	-	42.737	9.921	29.407	75.469	95.395	144.957	150.904	1.063.711	1.612.502

c) Segregação de prazo por operação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	Em dia	Atraso até 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias
Exposição - Operações de crédito						
Total em 31 de dezembro de 2024.....	7.815.732	217.249	391.652	154.421	471.444	758.922
Total em 31 de dezembro de 2023.....	7.479.118	328.704	434.773	179.414	528.108	1.191.147

d) Concentração de operações de crédito e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024	% (1)	2023	% (1)
Maior devedor	886	-	837	-
Dez maiores devedores	6.225	0,1	5.651	0,1
Vinte maiores devedores	8.980	0,1	9.045	0,1
Cinquenta maiores devedores	14.506	0,1	15.824	0,2
Cem maiores devedores	20.189	0,2	23.364	0,2

(1) Em relação ao total da carteira - Critério Bacen.

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2024	%	2023	%
Setor privado.....	9.809.421	100,0	10.141.264	100,0
Pessoa jurídica	168	-	146	-
Pessoa física	9.809.253	100,0	10.141.118	100,0
Total.....	9.809.421	100,0	10.141.264	100,0

f) Movimentação da carteira de renegociação

	R\$ mil	
	2024	2023
Saldo inicial do período.....	911.278	687.718
Renegociação	744.557	960.002
Recebimentos/Outros (1)	(976.826)	(581.437)
Baixas	(201.104)	(155.005)
Saldo final em 31 de dezembro	477.916	911.278
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	208.480	523.489
Percentual sobre a carteira de renegociação	44,0	57,0

(1) Contempla a liquidação de contratos renegociados por meio da realização de novas operações.

g) Receitas de operações de crédito

	Acumulado em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Empréstimos e títulos descontados	1.357.114	2.011.906
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	155.241	79.112
Total.....	1.512.355	2.091.018

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo no montante de R\$ 343.721 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 530.750 mil), cujo valor de venda foi de R\$ 14.096 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 23.407 mil), sem retenção de riscos e benefícios.

b) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "Resultado de participações em coligadas" e, estão demonstrados abaixo:

	Resultado de equivalência patrimonial					
	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2º Semestre 2024		Acumulado em 31 de dezembro 2024		Acumulado em 31 de dezembro 2023	
Empresa						
Imagra Imobiliária Agrícola Ltda.	236.250	284.881	53.882	36.696	13.182	14.814
Total.....	236.250	284.881	53.882	36.696	13.182	14.814

10) IMOBILIZADO DE USO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Custo líquido de depreciação				
	Taxa	Custo	Depreciação	2024	2023
Instalações, móveis, máquinas e equipamentos	10%	297	(2)	295	2.192
Sistema de processamento de dados	20%	10.936	(9.558)	1.378	54
Total em 31 de dezembro de 2024.....		11.233	(9.560)	1.672	
Total em 31 de dezembro de 2023.....		11.266	(9.020)	2.246	2.246

11) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Custo líquido de amortização				
	Taxa	Custo	Amortização (1)	Impairment (3)	
			2024	2023	
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	Contrato	1.766.121	(737.072)	-	1.029.049
Software (2)	20%	459.638	(385.502)	-	74.136
Acordos operacionais	-	1.385.222	(904.099)	(18.104)	463.019
Total em 31 de dezembro de 2024.....		3.610.981	(2.026.673)	(18.104)	1.566.204
Total em 31 de dezembro de 2023.....		3.429.023	(1.531.307)	(18.104)	1.879.612

- (1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas;
- (2) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas; e
- (3) Valor referente ao *Impairment* registrado para acordos de parcerias.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2024	Total	2023
	1 a 30 dias		
Aplicações no mercado aberto:			
Posição bancada	463.289	463.289	733.134
Letras do Tesouro Nacional.....	463.289	463.289	
Total em 31 de dezembro de 2024.....	100,0	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2023.....	733.134	733.134	
%	100,0	100,0	

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez.

	R\$ mil		
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2023
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada	28.247	66.878	63.481
Subtotal.....	28.247	66.878	63.481
Total.....	28.247	66.878	63.481

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Por categorias e prazos

Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	2024			2023		
	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação mercado	Valor de mercado/ contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos						
Títulos disponíveis para venda						
Certificado de depósito bancário.....	15	15	15	-	14	-
Subtotal.....	15	15	15	-	14	-
Letras financeiras do tesouro	471.088	471.088	471.229	(141)	-	-
Total geral.....	471.103	471.103	471.244	(141)	14	

...continuação



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

c) Outros passivos financeiros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Relações interfinanceiras (1).....	4.634.164	3.298.600
Total.....	4.634.164	3.298.600

(1) Trata-se de provisionamento para pagamentos a estabelecimentos comerciais e bandeiras.

14) OUTRAS PROVISÕES

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Provisões fiscais.....	1.658.277	1.579.414
Provisões cíveis.....	46.453	67.212
Provisões trabalhistas.....	3.913	7.208
Outras.....	10.105	9.859
Total.....	1.718.748	1.663.693

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

1 - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-Funcionários do Banco Bradescard não têm valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas.

A principal tese é:

- PIS e Cofins no montante de R\$ 1.658.277 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 1.579.414 mil): pleiteia calcular e recolher as referidas contribuições sobre as receitas de prestação de serviços (faturamento), afastando a aplicabilidade dos artigos 3º, § 1º e 8º da Lei nº 9.718/98 e ainda, recolher a Cofins utilizando a alíquota de 2% prevista na LC 70/91.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 1º de janeiro de 2024.....	7.208	67.212	1.579.414
Atualização monetária.....	616	2.996	78.863
Constituições líquidas de (reversões e baixas).....	1.452	41.318	-
Pagamentos.....	(5.363)	(65.073)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024.....	3.913	46.453	1.658.277

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 155.011 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 98.629 mil) para os processos cíveis e R\$ 415.067 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 317.990 mil) para os processos fiscais.

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- IRPJ e CSLL - Ano-base de 2008 a 2013 - R\$ 65.149 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 61.443 mil) lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimento.

16) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Operações relacionadas a cartão de crédito (1).....	913.451	2.055.412
Impostos e contribuições a recolher.....	14.517	15.591
Passivo de receita diferida.....	67.323	94.745
Outros.....	803	1.222
Total.....	996.094	2.167.070

(1) Houve queda no comparativo mediante a mudança de plataforma de processamento.

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 720.000 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 280.000 mil), está representado por 6.251.374.560 (em 31 de dezembro de 2023 - 6.251.374.560) ações nominativas-escriturais, sendo 3.125.687.280 (em 31 de dezembro de 2023 - 3.125.687.280) Ordinárias e 3.125.687.280 (em 31 de dezembro de 2023 - 3.125.687.280) Preferenciais.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2024	2023	2024	2023
Início do período.....	6.251.374	6.251.374	280.000	265.000
Aumento de capital com reserva (1).....	-	-	-	15.000
Aumento de capital com moeda corrente (2).....	-	-	440.000	-
Final do período.....	6.251.374	6.251.374	720.000	280.000

(1) Em alteração contratual de 28 de abril de 2023, deliberou-se o aumento de capital social de R\$ 15.000 mil, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de "reserva de lucros - estatutária", sem emissão de ações. O processo foi aprovado pelo Bacen em 19 de julho de 2023; e

(2) Em alteração contratual de 27 de dezembro de 2024, deliberou-se o aumento de capital social de R\$ 440.000 mil, mediante a "moeda corrente", sem emissão de ações. O processo foi aprovado pelo Bacen em 17 de janeiro de 2025.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2024	2023
Reservas de lucros.....	-	41.190
- Reserva legal (1).....	-	41.190
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do semestre, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.		

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

e) Lucro por ação

O lucro/(prejuízo) por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela média ponderada de ações. O valor apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ (23.19) e, em 2023, R\$ (37.61).

f) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024 2023
Rendas com cartões de crédito (1).....	408.682	840.289 857.079
Comissões.....	250.742	485.593 471.553
Rendas de antecipação de obrigações.....	89.486	184.161 202.822
Total.....	748.910	1.510.043 1.531.454

(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.

19) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil	
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024 2023
Proventos.....	5.617	11.360 10.994
Benefícios.....	2.012	4.184 4.076
Encargos sociais.....	1.760	3.599 3.338
Participação dos empregados no lucro.....	554	1.008 1.261
Outros.....	68	99 105
Total.....	10.011	20.250 19.774

20) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024 2023
Serviços de terceiros.....	135.344	264.090 283.913
Depreciações e amortizações.....	140.288	250.536 225.068
Processamentos de dados.....	38.986	91.278 143.005
Comunicações.....	34.464	64.998 71.676
Propaganda, promoções e publicidade.....	11.019	16.121 8.478
Serviços do sistema financeiro.....	2.068	4.309 6.790
Manutenção e conservação de bens.....	2.458	5.387 5.906
Transporte.....	108	268 5.082
Outras.....	971	1.461 2.170
Total.....	365.506	698.448 752.088

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024 2023
Contribuição à Cofins.....	44.918	94.228 121.068
Impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN.....	13.201	26.558 19.678
Contribuição ao PIS.....	7.299	15.321 26.590
Outras.....	424	2.081 3.190
Total.....	65.842	138.188 170.526

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024 2023
Reversões de provisões operacionais.....	76.464	187.139 267.398
Recuperação de encargos e despesas.....	14.854	96.543 29.645
Atualização monetária ativa.....	43.962	88.450 106.382
Outras.....	3.725	3.795 38.836
Total.....	139.005	375.927 442.261

23) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024 2023
Descontos concedidos em renegociações.....	137.376	164.802 164.220
Despesas de comercialização de cartão de crédito.....	52.196	139.615 228.443
Atualização monetária passiva.....	40.927	110.808 111.626
Despesas de serviços de associados.....	46.073	87.040 80.413
Perdas operacionais.....	-	- 9.293
Outras.....	32.242	57.646 49.002
Total.....	308.814	641.911 642.997

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024 2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	(237.263)	(280.014) (435.057)
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes.....	106.768	126.006 195.776
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas.....	2.927	5.932 6.666
Despesas indutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	1.152	3.065 (4.051)
Outros valores.....	135	34 1.570
Imposto de renda e contribuição social do período.....	110.982	135.037 199.961

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2024	Acumulado em 31 de dezembro 2024	2023
Impostos correntes:	(2.468)	152.821	(238.389)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.468)	152.821	(238.389)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período, sobre adições e exclusões temporárias.....	113.450	(17.784)	438.350
Total dos impostos diferidos.....	113.450	(17.784)	438.350
Imposto de renda e contribuição social do período.....	110.982	135.037	199.961

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	2023	Constituição	Realização 2024
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	1.261.276	1.252.310	(1.261.276)
Provisões fiscais.....	686.363	35.489	-
Provisões cíveis.....	30.245	1.348	(10.689)
Provisões trabalhistas.....	3.243	277	(1.760)
Impairment de títulos e investimentos.....	8.147	-	-
Outros.....	13.434	2.572	(248)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	2.002.708	1.291.996	(1.273.973)
Obrigações fiscais diferidas (Nota 24e).....	370.514	35.807	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	1.632.194	1.256.189	(1.273.973)

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	2023	Constituição	Realização 2024
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	1.261.276	1.252.310	(1.261.276)
Provisões fiscais.....	686.363	35.489	-
Provisões cíveis.....	30.245	1.348	(10.689)
Provisões trabalhistas.....	3.243	277	(1.760)
Impairment de títulos e investimentos.....	8.147	-	-
Outros.....	13.434	2.572	(248)
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	2.002.708	1.291.996	(1.273.973)
Obrigações fiscais diferidas (Nota 24e).....	370.514	35.807	-
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	1.632.194	1.256.189	(1.273.973)

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e nº 15.078/24.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente dos créditos tributários calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 1.826.548 mil (em 31 de dezembro de 2023 - R\$ 1.797.921 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários do Banco Bradescard foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil		
	2023	Constituição	Realização 2024
Atualização de depósitos judiciais.....	370.514	35.807	-
Total dos impostos diferidos (Nota 24c).....	370.514	35.807	-

25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. A Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Controlador (1)	Pessoal-Chave da Administração (3)
	2024 2023	2024 2023
Ativos		
Disponibilidades.....	3.726	3.301
Aplicações no mercado aberto.....	463.289	733.134
Dividendos a receber.....	-	125
Operações de crédito, outros créditos e outros valores e bens.....	-	13.559
Passivos		
Depósitos interfinanceiros.....	6.826.789	7.085.731
Outros passivos.....	43	120

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Controlador (1)	Pessoal-Chave da Administração (3)
	2024 2023	2024 2023
Resultado		
Receitas de intermediação financeira.....	66.878	63.481
Despesas de intermediação financeira.....	762.288	868.239
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais.....	-	-

- (1) O Banco Bradesco S.A. é a entidade controladora direta e a controladora final da Instituição;
- (2) Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda.; e
- (3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

26) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	3.726	-	-	-	-	3.726
Instrumentos financeiros	4.596.448	4.203.648	1.183.523	765.190	-	10.748.809
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	463.289	-	-	-	-	463.289
- Títulos e valores mobiliários	-	-	-	471.103	-	471.103
- Operações de crédito	3.021.145	509.343	255.744	141.729	-	3.927.961
- Outros instrumentos financeiros	1.112.014	3.694.305	927.779	152.358	-	5.886.456
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.332.337)	(185.727)	(62.556)	(31.882)	-	(1.612.502)
- Operações de crédito	(1.294.411)	(79.987)	(40.570)	(29.548)	-	(1.444.516)
- Outros créditos	(37.926)	(105.740)	(21.986)	(2.334)	-	(167.986)
Créditos tributários	-	(175.163)	(175.163)	(1.670.405)	-	2.020.731
Investimentos em coligadas	-	-	-	-	115.397	115.397
Imobilizado de uso	-	-	-	-	11.233	11.233
Intangível	-	-	-	-	3.610.981	3.610.981
Depreciação e amortização acumulada	-	-	-	-	(2.036.233)	(2.036.233)
- Imobilizado de uso	-	-	-	-	(9.560)	(9.560)
- Intangível	-	-	-	-	(2.026.673)	(2.026.673)
Outros ativos	214.705	49.081	18.216	1.944.742	-	2.226.744
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	(18.104)	(18.104)
Total do ativo em 31 de dezembro de 2024	3.482.542	4.242.165	1.314.346	4.348.455	1.693.274	15.070.782
Total do ativo em 31 de dezembro de 2023	5.831.964	3.219.167	2.236.830	1.507.231	1.984.224	14.779.416
Passivo						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	4.928.863	4.886.997	434.539	1.210.554	-	11.460.953
- Outros passivos financeiros	4.634.164	-	-	-	-	4.634.164
- Recursos de instituições financeiras	294.699	4.886.997	434.539	1.210.554	-	6.826.789
Provisões	12.262	8.462	8.366	1.689.658	-	1.718.748
- Outras provisões	12.262	8.462	8.366	1.689.658	-	1.718.748
Impostos diferidos	-	-	-	406.321	-	406.321
Outros passivos	996.094	-	-	-	-	996.094
Total do passivo	5.937.219	4.895.459	442.905	3.306.533	-	14.582.116
Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	488.666	488.666
Total do passivo e patrimônio líquido	5.937.219	4.895.459	442.905	3.306.533	488.666	15.070.782
Total em 31 de dezembro de 2024	5.937.219	4.895.459	442.905	3.306.533	488.666	15.070.782
Total em 31 de dezembro de 2023	5.791.963	3.914.595	1.421.644	3.457.406	193.808	14.779.416



Banco Bradescard S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.184.779/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais). O novo modelo de perdas esperadas também é aplicável a ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito.

No modelo prospectivo de perdas esperadas os ativos financeiros são divididos em três estágios:

Estágio 1: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 (doze) meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 (doze) meses;

Estágio 2: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento financeiro se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e

Estágio 3: a provisão deve corresponder à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

(iii) Classificação – Passivos financeiros

As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 definem que:

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto caso sejam:

I - Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

II - Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

III - Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro, que devem ser mensurados e reconhecidos conforme os critérios de baixa e da transferência de passivos financeiros;

IV - Compromissos de crédito e créditos a liberar, que devem ser reconhecidos e mensurados considerando os seus respectivos aspectos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e

V - Garantias financeiras prestadas, que, após o reconhecimento inicial, devem ser mensuradas pelo maior valor entre:

a) a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e

b) o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores do

Banco Bradescard S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bradescard S.A. ("Bradescard" ou "Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradescard S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3f e 7h a Instituição registrou em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 1.612.502 mil de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para as operações de crédito, que compreendem, as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito.

Para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a Instituição classifica as operações de crédito em nove níveis de risco ("ratings"), levando em consideração fatores e premissas dos clientes e das operações, tais como situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias, dias de atraso e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, aplicando os respectivos percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada rating.

Adicionalmente, a Instituição complementa suas estimativas (provisão complementar) por meio de estudos internos baseados em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, de forma a refletir a sua expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

Consideramos a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo, envolvido na avaliação das premissas utilizadas na classificação das operações de crédito e na determinação da provisão complementar.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos automatizados e manuais, relacionados aos processos: (i) desenvolvimento, aprovação e aplicação das metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações; (ii) definição, aprovação e aplicação das principais premissas utilizadas na atribuição dos ratings, incluindo aqueles relacionados a revisão individualizada da análise de risco de crédito e a governança estabelecida para respectiva aprovação.
- Adicionalmente, para os clientes avaliados individualmente, analisamos com base em amostragem (por critérios estatísticos e itens específicos), os dados que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes pela Instituição, tais como a proposta de crédito, informações contábeis e cadastrais, reestruturação operacional e/ou financeira, garantias e plano de recuperação judicial, verificando a aderência desta atribuição de rating em relação às políticas internas da Instituição. Para os clientes avaliados de forma massificada, testamos a atribuição das classificações de ratings de acordo com as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco de cada cliente. Avaliamos também, as metodologias e premissas utilizadas para a determinação da provisão complementar, que incluem a avaliação da Instituição quanto aos níveis da inadimplência percebidos, dos níveis de desemprego, entre outros fatores.
- Analisamos, por amostragem estatística, o cálculo aritmético da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando a avaliação sobre o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, como níveis mínimos de provisão em relação aos dias em atraso, atribuição do pior rating para operações de um mesmo grupo econômico e manutenção do rating para casos de renegociação/recuperação do crédito. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes - Fiscais e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3n, 14 e 15 às demonstrações financeiras, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis para os quais possui provisões registradas nos montantes de R\$ 1.658.277 mil e R\$ 46.453 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024.

As provisões de processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e para outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido. Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos fiscais e cíveis como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento dos auditores devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pela Instituição. No caso dos processos fiscais e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações sobre os processos fiscais e cíveis. Dentre esses controles estão a avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis.
- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos para certos processos fiscais, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pela Instituição e consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos.
- Para os processos fiscais e cíveis, analisamos as provisões reconhecidas e os valores divulgados, considerando a avaliação dos consultores jurídicos internos e externos, bem como dados e informações históricas e jurisprudência relacionadas aos processos em questão e outros processos similares.
- Para as ações cíveis, testamos a suficiência da provisão comparando o valor dos desembolsos efetivos para processos encerrados no exercício com os valores anteriormente provisionados.

É vedada a reclassificação de passivos financeiros.

(iv) Contabilidade de hedge

Em relação à contabilidade de instrumentos destinados a hedge, a avaliação da efetividade de operações de hedge passa a ser prospectiva, conforme Estratégia de Gerenciamento de Risco, entretanto aplicação do Capítulo V da Resolução CMN nº 4.966/21, que trata da Contabilidade de Hedge, teve a sua vigência inicial postergada para 1º de janeiro de 2027, de acordo com a Resolução CMN nº 5.100/23.

(v) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 foram aplicadas prospectivamente na data de aplicação inicial:

- A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas) nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025.

A adoção dos critérios contábeis estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 trouxeram impactos no âmbito da provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 253 mil, registrados em contrapartida da conta de lucros ou prejuízos acumulados, líquido dos efeitos tributários em 1º de janeiro de 2025, conforme artigo nº 70 da Resolução CMN nº 4.966/21.

A Administração avaliou e concluiu que os impactos no resultado e nos ativos e passivos fiscais diferidos serão imateriais para o exercício de 2025.

e) Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024.

A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva
Contador - CRC 1SP210689/O-2

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3g e 24c às demonstrações financeiras, a Instituição possui o montante de R\$ 2.020.731 mil de ativos relativos a créditos tributários, em 31 de dezembro de 2024.

A Instituição reconhece esses créditos tributários considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização. As estimativas de lucros tributáveis futuros da Instituição são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, e exigem que a Instituição estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes às expectativas de geração dos lucros futuros exigem julgamento dos auditores devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros.
 - Avaliamos as premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio e taxas de juros futuras subjacentes às estimativas da Instituição de lucros tributáveis futuros. Avaliamos a capacidade da Instituição para projetar os lucros tributáveis com precisão ao compararmos os lucros tributáveis estimados para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2024 preparados no ano anterior, com os lucros tributáveis reais em 2024.
- Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
- Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Instituição para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4

